



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Nova Cartografia Social e Comunidades Quilombolas Atingidas pela Duplicação da BR-135 - Maranhão

Autoria: Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

Este work tem como objetivo apresentar uma experiência de pesquisa no campo da Nova Cartografia Social entre cinco comunidades quilombolas atingidas pela duplicação da estrada BR-135, nos municípios de Santa Rita e Itapecuru Mirim: Cariongo, Santana/São Patrício, Pedreiras, Vila Fé em Deus e Oiteiro dos Nogueiras. As atividades de pesquisa ocorreram durante o ano de 2019 e 2020. Minha inserção nesta pesquisa deu-se através da associação ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/PNCSA e ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, especificamente na coordenação do Laboratório de Cartografia do referido Programa. As obras de duplicação no trecho que abrange os dois municípios citados foi paralizada por determinação do Ministério Público Federal em junho de 2018, sob alegação de que a licença concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes não levou em consideração nenhuma consulta às comunidades. Neste contexto tais comunidades solicitaram apoio do Centro de Cultura Negra e do PNCSA para fortalecer as negociações sobre a consulta, a obra, e seus impactos. Nesse sentido as atividades do mapeamento social se iniciaram em fevereiro de 2019, com a realização de reuniões e oficinas nas cinco comunidades. Atualmente a pesquisa encontra-se na fase de finalização dos mapas, a qual ocorre através da apresentação de sucessivas versões aos agentes sociais para correções e ajustes.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: